

*Olho no Olho*

# Os índios estão brigando pelo direito a uma cultura diferente

Airton Krenake, coordenador da União das Nações Indígenas (UNI), é um índio preocupado em manter a cultura destes povos que foram donos da terra e hoje são apenas pequenos grupos confinados em reserva e que têm seus valores esquecidos pela comunidade brasileira. Apesar de ter conseguido um diploma universitário, Airton tem em mente todo o sofrimento do povo Krenake e neste depoimento ao "Olho no olho", revela quais são as principais reivindicações dos povos indígenas. Entre elas, além da própria sobrevivência, ele ressaltava a necessidade do Estado reconhecer que os índios têm o direito de serem diferentes culturalmente e de terem esta cultura respeitada. Participaram da entrevista: Anderson França, Hamilton Cardoso e Luiz Antonio de Paula - Fotos Ennio Brauns - Edição: Luiz Antonio de Paula.

DIÁRIO — Quem é o Airton Krenake?

KRENAKE — Airton, é o nome que recebi de pequeno, é o meu nome cristão. Krenake, juntado a meu nome, é o que identifica quem é meu povo. Eu sou da nação Krenake, uma pequena nação que habita a região do Vale do Rio Doce, divisa do Estado de Minas com Espírito Santo. Esse povo Krenake foi aldeado, colocado em reserva, pelo marechal Rondon, em 1922, depois de um processo muito violento de ocupação das terras. O Serviço de Proteção ao Índio, que era dirigido pelo Rondon, juntou os Krenakes que eram do Vale do Rio Doce com outros grupos remanescentes desse mesmo período e aldeou o pessoal. Esse povo tinha um nome genérico que era Botocudo, mas na verdade são os remanescentes de dezesseis nações indígenas que no começo desse século ainda existiam e hoje sobrevivem apenas duas: os Krenakes e os Machacalis. Eu sou filho dessa nação Krenake que tem uma experiência de vida bastante diferente da do Mário Juruna, do Marcos Terena e de muitos outros parentes de outras tribos, na medida em que o contato dos Krenake com as frentes de colonização é bastante antigo e foi fulminante. Nos anos 30, 40, os Krenakes já estavam trabalhando como peões nas fazendas do Vale do Rio Doce, dentro do nosso próprio território.

DIÁRIO — E qual a situação atual do povo Krenake?

KRENAKE — A situação hoje do povo Krenake é terrível, porque desse território que foi delimitado para a nação Krenake no Vale do Rio Doce, nós fomos arrancados de lá em oito ocasiões. E nessas oito ocasiões foi arrumado dos fazendeiros com o presidente do Estado, no tempo em que existiam ainda presidentes de Estado. Na época que foi criada a reserva dos Krenakes, o presidente do Estado de Minas era o Arthur Bernardes. Essa área que era de 4.500 hectares, que foi criada a reserva Krenake, hoje está totalmente ocupada por fazendeiros e apenas uma ponta de reserva é ocupada pelo povo Krenake, que somando toda essa população habitante do Vale do Rio Doce hoje está em torno de 160 pessoas. A outra parte dos Krenakes está vivendo aldeada com os Terena, em Mato Grosso do Sul, na aldeia de Miranda, Cachoeirinha, e aqui no interior de São Paulo no Araribá, Vanuibe e Icatu, que são três reservas indígenas aqui, na verdade fazendas-piloto da Funai, que é uma coisa muito violenta. Em primeiro lugar, ela te dissocia do seu lugar, tira da sua terra, e é uma forma de mais ou menos legalizar a invasão do território indígena e a expulsão dos índios.

## "A Nova República ignorou nossas propostas para uma política indigenista"

DIÁRIO — E como você, vamos dizer, escapou desse destino dos Krenakes?

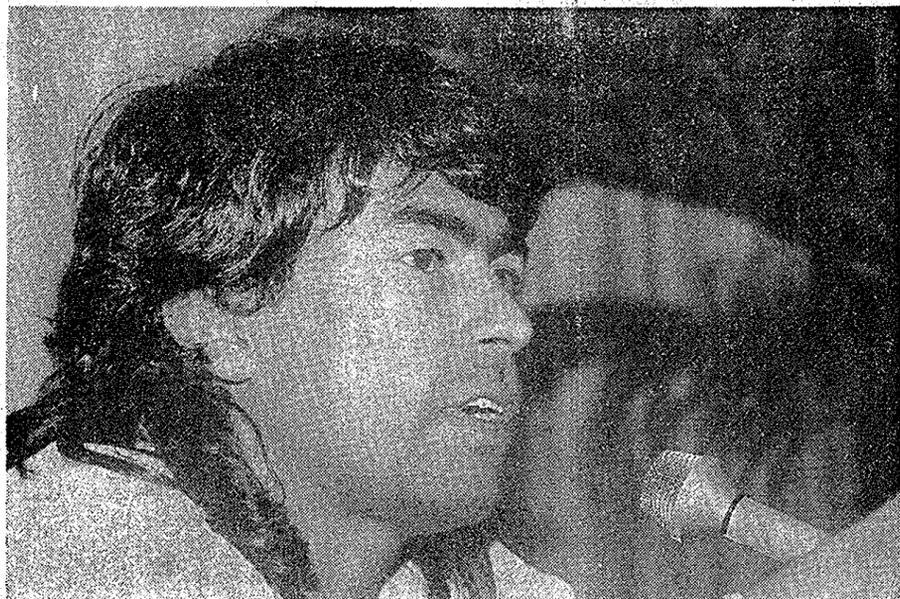
KRENAKE — Bom, eu não sei se escapei não. Eu não me sinto como quem escapou.

DIÁRIO — O que você está fazendo hoje?

KRENAKE — Eu vim com um grupo familiar, os nossos grupos familiares são bastante extensos, não são como as famílias dos brancos. A família do branco tem pai, mãe e filhos. Numa família indígena você tem um parentesco que é diferente. Então eu vim com um grupo familiar que era em torno de umas quarenta pessoas. E nós marchamos lá de Minas para aqui, querendo ir para o Paraná, no fim da década de 60. Só que nós não conseguimos atravessar, paramos aqui na saída de São Paulo. Paramos num município perto do Embu, porque nesse trecho ainda não estava tão ocupado há 15 anos. Aí paramos por ali e ficamos ocupando uma terra, tinha muito mato, lugar para plantar banana, milho, roça e nós ficamos por ali. Essa área está hoje totalmente ocupada, está cheia de fábricas e vilas.

DIÁRIO — Você foi para a escola, fez a universidade e hoje é um líder político dos índios. Como você, daquela reserva onde eram índios, muda essa situação, e exerce uma posição de igualdade com os brancos em muitas situações?

KRENAKE — É claro que se



eu tivesse ficado no Vale do Rio Doce eu estava trabalhando em fazenda. Então eu fiquei trabalhando no interior de São Paulo e trabalhando aqui na cidade, em fábricas e na construção civil. E em contato com o meu pessoal, sabendo a situação como eles viviam, não só os Krenakes, mas essas áreas indígenas que no fim da década de 60 passaram a ser, expulsos de suas terras num processo de conflito fundiário violento. Então, eu estava aqui em São Paulo e retomei o contato com o pessoal, com os núcleos que estavam se organizando. E quando, em volta de 78, 79, começaram a surgir articulações no sentido de criar a União das Nações Indígenas, que é a organização que hoje sou coordenador, eu estive nas articulações e fui cada vez mais me descolando desse meu trabalho aqui na cidade, desse meu compromisso com São Paulo, da minha tentativa de me situar dentro dessa cidade. Daí eu voltei a me articular com o movimento indígena. Esse trabalho implicou não só na articulação com os grupos que já estavam sentindo a necessidade de se organizar para enfrentar os conflitos de terra, Funai, Governo, mas foi engraçado também pela participação do Mário Juruna que começou a ser uma figura nacional. Aí depois o movimento indígena foi conseguindo tomar uma expressão mais nacional e a gente teve que criar uma coordenação nacional. Daí eu assumi junto com Álvaro Tucano, junto com outros companheiros e coordenação do movimento, que implica em você percorrer o território nacional, levar para 180 nações indígenas remanescentes informações sobre essa realidade que está ocorrendo aqui, sobre os projetos de governo, acompanhar essa discussão toda e tentar exercer junto aos órgãos do governo, no caso do Ministério do Interior e Ministério da Reforma Agrária, (dirigido pelo Danilo Venturini), que eram os nossos interlocutores permanentes naquele tempo, com o Ministério das Minas e Energia, que tinha, projetos de mineração. Então, passamos a exercer esse trabalho de cobrar junto ao Governo Federal cumprimento de leis que já estão confirmadas na Constituição, mas que na verdade o governo desrespeita sistematicamente.

"A Funai teve um presidente que ficou só 48 horas. Não foi nenhuma nação indígena que colocou ele lá, nem foi nenhuma nação indígena que tirou ele de lá"

DIÁRIO — E com a Nova República mudou alguma coisa para o índio?

KRENAKE — Nós iniciamos uma conversa com eles no fim do ano passado. Fizemos uma grande assembleia em Brasília, ocupamos o Congresso Nacional durante uma semana com lideranças indígenas do país inteiro, oitenta nações indígenas, e isso teve uma expressão que nos permitiu identificar interlocutores dentro do governo. Aí começamos a conversar com o Tancredo, com alguns que são ministros hoje e outros que eram ministros. O governo constituiu uma

comissão que ia definir a política da Nova República, conseguimos incluir nesse programa de governo uma proposta para a nova política indigenista, que a Nova República ignorou totalmente. Eles jogaram isso no lixo. Hoje, se existem dois ou três ministros da Nova República com quem a gente conversa e que temos o mínimo de expectativa em relação a eles é muito. A primeira questão que a gente colocava era a reestruturação da Funai e o acatamento pelo Estado brasileiro da representação indígena e que a política para as populações indígenas fosse definida por índios e não pelos homens da Sudeco, Sudele, Ministério do Interior. Essa primeira reivindicação nossa, a Nova República ignorou de cara. Pelo contrário, a primeira medida do Ministério do Interior, do Ronaldo Costa Couto, foi justamente substituir o presidente da Funai por um sujeito totalmente alheio às discussões que os índios estavam levando, ignorando totalmente e impedindo inclusive o processo de demarcação de áreas, obstruindo, tanto que agora estamos com calorze áreas indígenas paralisadas no Ministério do Interior, que só não passam porque o ministro do Interior está se aliando com grupos empresariais e fazendeiros e não libera essas áreas enquanto não negociar os interesses em torno dessas áreas.

DIÁRIO — Que tipo de interesse se tem em jogo quando uma área está sendo demarcada?

KRENAKE — Os interesses que entram em jogo em torno de uma proposta de uma área, são desde a qualidade do solo até a localização dessa área. Se você está discutindo a demarcação de uma terra em Rondônia, como a terra dos índios Uru-eu-au-au, que a BR-364 cortou, as propostas de demarcação dessa área foram retalhadas ao máximo. Então, você tem uma proposta original de demarcação de território de um povo, a partir do local em que ele ocupa, em que ele perambula. Você apresenta essa proposta, ela é feita a partir de um levantamento de topógrafos, de membros da própria comunidade indígena que indicam o seu território e que deveriam ser acatados, mas que vem para Brasília. Chegando a Brasília a Funai encaminha essa proposta a um grupo interministerial de trabalho composto pelo Mirad, Inera, Getal, Conselho de Segurança Nacional, por representantes dos governos locais, por exemplo, o governador de Rondônia, de

"Quem não vota para botar presidente na Funai são exatamente os índios"



repente, manda um representante dele para participar de um grupo de trabalho que vai poder votar se aceita ou não aquela proposta de área indígena. Isso são as pressões que de certa maneira estão legitimadas por um decreto, o 88118, que o Figueiredo assinou. Esse decreto criou o grupo interministerial de trabalho, que aliás é uma coisa ilegal. Porque a terra indígena não pode sofrer uma discussão posterior à identificação da área, porque pela Constituição brasileira o reconhecimento de um território indígena já cria um estado de direito para aquela comunidade, sobre a qual não pode ocorrer nenhum tipo de questionamento. Então, você identifica um território de dois mil hectares, você consegue demarcar um de 400. Entendeu? Você vai retalhar com a serraria que quer tirar o mogno, a cerejeira, você vai negociar com o banco que quer fazer um projeto de colonização ali no canto, vai negociar com a mineradora que quer tirar minério de dentro, você vai negociar com o governador do Estado que tem um programa de passar uma rodovia na ponta da reserva e se aquele decreto sair sobre aquela reserva, a estrada não pode passar ali dentro, então todas as tentativas são no sentido de prever todos os projetos, seja do governo local, seja do governo federal, sobre aquela área antes de fazer um decreto de demarcação, porque depois do decreto uma estrada, qualquer outra coisa, ela vai enfrentar o fato de estar sendo feita ilegalmente. Igual o caso do conflito que envolveu os índios Apinagés, em Goiás, foi justamente isso. A Transamazônica corta a terra dos índios Apinagés. Quando o Conselho de Segurança Nacional esteve considerando a proposta de demarcação da área, ele simplesmente fez a seguinte proposta: uma, que os índios ficassem só com uma banda da terra deles para que a estrada ficasse fora da área, quer dizer, eles iam perder metade do território para que a estrada não ficasse dentro do território. A outra proposta é a seguinte, que a estrada sofresse um desvio, contornasse o território. Mas daí eles acabaram considerando que tanto a estrada passando margeando o território como dentro do território, sempre que os índios estivessem em algum conflito com o governo local, os índios teriam a oportunidade de obstruir a estrada. E com isso eles iam fechar o fornecimento para aquelas regiões de Rondônia. Na verdade, a área que saiu demarcada para os Apinagés foi extremamente prejudicial, arbitrariamente corresponde a reivindicação deles. Esse é um exemplo das negociações que se dá em torno de um território.

DIÁRIO — Qual é o meio de se tentar melhorar essa situação? Parece-se que existe uma falta de sintonia entre as várias nações, porque uma nação reivindica um presidente da Funai, coloca-se aquele presidente, duas semanas depois outro grupo já diz que não é aquele presidente. Vocês têm uma proposta unificada de luta?

KRENAKE — Temos e eu acho inclusive interessante fazer um relato em relação a sucessão presidencial. A Funai teve cinco presidentes esse ano. Ela teve um presidente que ficou apenas 48 horas. Não foi nenhuma nação indígena que colocou ele lá, nem foi nenhuma nação indígena que tirou ele de lá.

DIÁRIO — Quem tirou?

KRENAKE — Não foi a Nação Indígena que colocou nem foram os índios que tiraram. Acontece o seguinte: um presidente da Funai é negociado neste País. Esses grupos que decidem qual vai ser o território da comunidade indígena, eles negociam também a presidência da Funai. É claro que os informes e que a impressão geral que corre é que os índios pressionaram um ministro e derrubaram o presidente da Funai. Na verdade, isso, em primeiro lugar, é superestimar a capacidade de pressão que os índios têm sobre o governo. Em segundo lugar, é distorcer as pressões econômicas, as pressões políticas que rolam, quando você vai botar um presidente na Funai. O senador do Mato Grosso do Sul é consultado quando vai botar um presidente na Funai. O Gilberto Messtrinho, governador do Amazonas, que é inimigo dos índios, está arrastando com as áreas indígenas, tirando minério e botando garimpeiro dentro de área indígena, decide quem é o presidente da Funai, ele vota. O Júlio Campos, governador de Mato Grosso, vota. Agora, quem não vota para

botar presidente na Funai são exatamente os índios.

DIÁRIO — Quem seria o presidente da Funai se você votasse?

KRENAKE — Bom, em primeiro lugar, não existiria Funai se eu fosse votar. Porque a Funai é uma agência de colonização nos moldes do que a Inglaterra e a França usaram na África e na Índia. Tem o chefe de posto, o delegado da Funai, que são todos funcionários do governo, que executam a política do governo, em cima das áreas indígenas e que na maioria das vezes a autoridade de um chefe de posto se sobrepõe à autoridade máxima dentro de uma comunidade indígena. Uma liderança indígena, um chefe tribal, é submetido pelo chefe de posto que chega lá de Toyota, com dinheiro para botar mercadoria dentro da reserva, para comprar todo mundo. Então é um processo violento de cooptação das lideranças, um processo violento de negociação com as terras indígenas. Os representantes da Funai na sua maioria estão totalmente alheios às questões que dizem respeito mesmo à sobrevivência das comunidades indígenas. Então, a Funai não tem sentido numa relação democrática, numa relação de respeito do Estado brasileiro com as sociedades indígenas. A questão passaria pelo seguinte. O Estado

## "O Estado brasileiro precisa reconhecer as populações indígenas como parte diferenciada da sociedade nacional"

brasileiro precisa reconhecer as populações indígenas como parte diferenciada da sociedade nacional, como povos que têm uma língua diferente, uma cultura diferente, uma estrutura social diferente. Quando você vê uma comunidade indígena, talvez você não consiga ver além de um bando de miseráveis, mas ali existem relações sociais extremamente complexas. O trabalho ali dentro é organizado, não em função de você vender 50 sacas de arroz ou 18 mil sacas de arroz como a Funai pretende com os projetos agrícolas dela. A Funai chega com um projeto agrícola dentro de uma comunidade indígena que ninguém manipula com dinheiro e quer que em dois anos aquela comunidade esteja vendendo 18 mil sacas de arroz, 10 mil sacas de feijão. Na verdade, o que ela pretende é transformar as sociedades que têm forma de se organizar, que têm economia, uma economia que tem mais de mil anos, que quer transformar aquelas sociedades em grupos produtivos, grupos que vão se integrar ao mercado regional, que vão disputar dentro do mercado a venda do seu produto, a venda da madeira que tem no território, a exploração do seu minério que tem no subsolo. Na verdade, o minério que está no subsolo das terras indígenas não está disponível. A floresta que está sobre as terras indígenas ela não se constitui madeira para as madeireiras. Elas se constituem em nicho ecológico, em habitat em memorial de povos e que a maioria das vezes determinados trechos das florestas são locais sagrados, constituem pontos de referência cultural. Se você destruir aquela floresta, está destruindo a referência cultural daquela povo. A Funai instalou serrarias dentro de reservas indígenas, sendo rando caminhões e caminhões, de madeira por mês. Na verdade, estão expropriando as comunidades indígenas do único bem, da única coisa relevante que o povo indígena tem. O ouro que está no subsolo da terra indígena, o diamante que está ali, ele é do olho da terra. E a terra é entendida como habitat, como mãe, um lugar onde você vive. Outro dia estava conversando com o Instituto Brasileiro de Mineradoras e o homem me disse que vai entrar nas áreas indígenas, que vai tirar esse minério de qualquer maneira. E que na verdade, o que a gente precisa é buscar uma maneira de se entender sobre isso. Eu perguntei se ele sabia o que significava o diamante e o ouro que estão dentro da terra indígena, o significado histórico, cultural, religioso que tem para os índios, ele não sabe e nem quer saber. Então, tem que passar por essa discussão. A partir do momento que o Estado brasileiro reconhece as sociedades indígenas como povos diferenciados culturalmente, isso exige do Estado brasileiro um tratamento diferente. Porque se eu suponho que você é índio, você

# O Lobo no Alho

vai chegar lá na minha aldeia, eu vou te dar a comida que a gente come, vou botar você para dormir onde a gente dorme, vou te botar para fazer as coisas que a gente faz. Agora, se eu entendo que você tem uma cultura diferente, vou respeitar a sua cultura diferente, vou possibilitar que você

## "O massacre primeiro que é feito contra as comunidades indígenas é cultural"

esteja conosco, mas sem sofrer constrangimento, sem te violentar na sua cultura, na sua maneira de se entender.

**DIÁRIO** — Fale sobre este massacre cultural.

**KRENAKE** — Na verdade, o massacre primeiro que é feito sobre as comunidades indígenas é cultural. Você não consegue de jeito nenhum mover uma guerra contra um povo indígena, sem antes disso você exercer contra ele uma violência cultural imensa. Os pataxós do Sul da Bahia, que têm sido permanentes na imprensa são um povo que já foi expropriado de tudo. Dos 36 mil hectares de sua terra eles ocupam 1.080. Estão totalmente cercados.

**DIÁRIO** — Afinal de contas, o que é ser um índio no Brasil?

**KRENAKE** — Eu posso dizer um krenake, um guarani pode dizer o que é um guarani. Porque o termo índio é um termo genérico que nos foi aplicado à a gente acabou se apropriando desse termo como possibilidade de unificação da nossa luta, da gente se organizar. Quando um krenake se encontra com um guarani, eles se identificam como índios. Se a gente for falar do ponto de vista de povos, o que é um povo indígena, o que é um índio dentro dessa relação da sociedade indígena, é alguém que vê a realidade nacional com uma descrença muito grande, um processo de descolonização brutal avançando em cima de suas terras, os seus filhos sem perspectivas de vida, as nossas terras sendo encorçadas como espécie de reserva para especulação imobiliária, para especulação capitalista, como espécie de último recurso, ou então como recurso mais disponível para saqueado por garimpeiros, mineradoras. Tanto que o DNPM liberou 127 áreas de pesquisas em áreas indígenas, quando na verdade nós sabemos que esse minério que se encontra em áreas indígenas ele é o menos viável do ponto de vista econômico. Mas tem minério aqui em São Paulo, Minas Gerais. Espírito Santo, que você pode tirar de trem, pela estrada de rodagem. Mas não, o DNPM foi dar autorização em áreas indígenas onde as mineradoras têm de fazer a extração e escoar de avião. Na verdade as áreas indígenas aparecem nesse quadro como as áreas mais desprotegidas.

**DIÁRIO** — Em termos de América Latina a situação do índio parece idêntica. Na Guatemala, o índio está sendo exterminado porque as suas terras estão sobra solo petrolífero. Na Nicarágua acontece a mesma coisa com os mosquitos. Você tem contato com lideranças indígenas de outros países?

**KRENAKE** — Eu sou membro do Conselho Mundial dos Povos Indígenas. Aliás, não sou membro individual, porque as Nações Indígenas são membro do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, que congrega índios de cinco continentes. E tem o Conselho de Índios da América do Sul que é formado por países da América do Sul com populações indígenas. E a América Central também. Estive participando do Conselho Mundial da Panamá e a realidade que senti lá é que, na América Latina, a situação em cima dos territórios indígenas, das populações indígenas, tem o mesmo tom, seja no Brasil, seja na Guatemala. O que acontece é que o processo de ocupação das terras indígenas na América Latina se deu em tempo diferente. O que está acontecendo lá na Amazônia já aconteceu no fim do século passado em quase todos os países da América Latina. As comunidades indígenas que hoje se chamam de arredios, grupos indígenas que não têm contato com branco aqui, na América Latina não existe. Todas as áreas indígenas já foram penetradas.

## "Aqui no Brasil há 17 mil grupos indígenas, hoje somos 180"

Aqui no Brasil há 17 mil grupos indígenas, hoje somos 180. Setecentos e vinte grupos indígenas foram exterminados e não sobrou ninguém para contar história.

**DIÁRIO** — Nessa questão cultural o índio aparece como curiosidade e como atração turística. No Brasil, a melhor maneira de se adquirir um executivo da multinacional é levá-lo para ver índios. Esse último Quarup foi todo arruinado e parece que o próprio índio fez o negócio como uma festa. Quer dizer isso?

**KRENAKE** — Esse Quarup que foi feito no mês de junho no Quarup, que é uma festa do pessoal do Xingu, é uma cerimônia não quando morre uma pessoa, mas é uma cerimônia feita para os mortos e no ano inteiro; não é só na quebra de mês e naquela dia. Na verdade foram convidadas muitas autoridades. Creio que foram três



ministros, o do Interior, o do Trabalho e o da Cultura. Foi uma promoção do Ministério da Cultura no sentido de buscar a atenção, discutir com os ministros uma política principalmente para o Xingu, para o parque, eles estavam sentindo que o parque estava totalmente esquecido pelo governo. Então, armaram esse Quarup, que eu tenho minhas restrições também, porque acho que foi muita publicidade em cima de um ato cultural, que tem uma relevância muito grande para as comunidades do Xingu, mas que para aqueles ministros que foram ali não significa nada. E como se eles tivessem ido numa outra festa qualquer. Mas é um ato que esse episódio só mostra o desrespeito, a falta de conhecimento que o Estado brasileiro tem dos povos indígenas. Tanto que somos vistos como índios genéricos. Eles não sabem diferenciar cada um desses grupos, a realidade que cada um desses grupos está vivendo. Então tem gente como os guaranis, que estão há 400 anos, em confronto com a sociedade nacional, com as frentes de colonização. E têm grupos que estão há cinco anos em contato com os brancos e têm grupos que não estão com nenhum contato. E o Governo tem a mesma política para grupos que estão há 400 anos convivendo com o Estado brasileiro e para índios que sequer viram ainda um não-índio. Essa generalização que orienta a política do Estado brasileiro é arbitrária e extremamente racista, porque considera que os índios se constituem numa espécie de povo primitivo.

**DIÁRIO** — E qual a proposta que a União das Nações Indígenas tem para melhorar a situação do índio?

**KRENAKE** — Nós entendemos que essa proposta passa obrigatoriamente por um reconhecimento do Estado brasileiro de que as sociedades indígenas se constituem em grupos diferenciados culturalmente. Que não são os índios, mas 180 grupos diversos.

## "Essa generalização que orienta a política do Estado brasileiro é arbitrária e extremamente racista, porque considera que os índios se constituem numa espécie de povo primitivo"

**DIÁRIO** — E como se vai fazer isso?

**KRENAKE** — Por etapas. A primeira delas supõe esse reconhecimento. Não adianta apresentar uma proposta ao governo que ignora isso.

**DIÁRIO** — E como se conseguiria esse reconhecimento?

**KRENAKE** — Se articulando com os outros movimentos que estão dentro do país, com os movimentos populares, levando ao conhecimento público o que está ocorrendo em cima das áreas indígenas. Porque a maior parte da população brasileira ignora o que está ocorrendo com as áreas indígenas. Então a gente tenta viabilizar um contato através do movimento indígena com a sociedade nacional e estabelecer formas de luta e de pressão junto ao governo. Os trabalhadores que estão lutando por uma reforma agrária aparecem como aliados nossos nesse momento. A legalização da estrutura fundiária desse país passa pelo reconhecimento dos territórios indígenas, da definição do que é terra devoluta, do que é terra do Estado, do que é latifúndio, do que é terra produtiva e improdutiva. E obrigatoriamente vai passar pela questão da demarcação das áreas indígenas no mapa do Brasil. Na hora que o governo botar os territórios indígenas no mapa do Brasil e deixar bastante claro que aquelas áreas não estão disponíveis, que se constituem em habitat das comunidades indígenas, isso é um passo muito grande no sentido de alterar essa relação de essa política que o governo executa.

**DIÁRIO** — Em termos de artesanato, sabemos que existe uma exploração violenta do branco, você tem alguma coisa a dizer?

**KRENAKE** — Na verdade, o artesanato ocupa um lugar muito pequeno no universo cultural e social de um povo. Ele tem um significado muito grande, mas não tem o significado que acabou tendo nessa relação com a sociedade nacional. A única coisa que parece que os índios produzem é artesanato. A única produção que os povos indígenas têm que pode interessar à sociedade nacional é o artesanato, isso é uma visão cultural muito distorcida. Porque além desse artesanato, dessa cultura material que as comunidades indígenas produzem tem um processo intenso de produção cultural, que é irrelevante para a sociedade nacional. As músicas que o povo indígena produz não são ouvidas, porque elas não são veiculadas. Os conhecimentos que as comunidades indígenas têm sobre medicina você não conhece. O conhecimento que as comunidades têm sobre controle do meio ambiente, você não conhece. Tanto que o governo criou o SEMA — Secretaria Especial do Meio Am-

biente — que cria estações ecológicas dentro de áreas indígenas, mas que proíbe o acesso de índios aos locais, porque eles consideram que os índios vão predar o meio ambiente. Acontece que até 1500 quem garantiu e quem preservou isso, que é esse imenso continente, fomos nós. Não tinha engenheiro, não tinha técnicos aqui para criar estações ecológicas. A estação ecológica não deveria estar sendo criada contra os índios, mas contra os predadores mesmo.

**DIÁRIO** — E quem são os predadores?

**KRENAKE** — As mineradoras que fazem lavagem de ouro e que envenenam as águas e quando você entra num rio você sai com câncer. Os predadores são as serrarias que estão tirando toda a madeira.

**DIÁRIO** — E qual a proposta que a União das Nações Indígenas tem para melhorar a situação do índio?

**KRENAKE** — Nós entendemos que essa proposta passa obrigatoriamente por um reconhecimento do Estado brasileiro de que as sociedades indígenas se constituem em grupos diferenciados culturalmente. Que não são os índios, mas 180 grupos diversos.

## "A maior parte da população brasileira ignora o que está acontecendo com as áreas indígenas"

**DIÁRIO** — E como se vai fazer isso?

**KRENAKE** — Por etapas. A primeira delas supõe esse reconhecimento. Não adianta apresentar uma proposta ao governo que ignora isso.

**DIÁRIO** — E como se conseguiria esse reconhecimento?

**KRENAKE** — Se articulando com os outros movimentos que estão dentro do país, com os movimentos populares, levando ao conhecimento público o que está ocorrendo em cima das áreas indígenas. Porque a maior parte da população brasileira ignora o que está ocorrendo com as áreas indígenas. Então a gente tenta viabilizar um contato através do movimento indígena com a sociedade nacional e estabelecer formas de luta e de pressão junto ao governo. Os trabalhadores que estão lutando por uma reforma agrária aparecem como aliados nossos nesse momento. A legalização da estrutura fundiária desse país passa pelo reconhecimento dos territórios indígenas, da definição do que é terra devoluta, do que é terra do Estado, do que é latifúndio, do que é terra produtiva e improdutiva. E obrigatoriamente vai passar pela questão da demarcação das áreas indígenas no mapa do Brasil. Na hora que o governo botar os territórios indígenas no mapa do Brasil e deixar bastante claro que aquelas áreas não estão disponíveis, que se constituem em habitat das comunidades indígenas, isso é um passo muito grande no sentido de alterar essa relação de essa política que o governo executa.

**DIÁRIO** — E você tem esperança disso?

**KRENAKE** — Tenho esperança e trabalho para isso. O movimento indígena luta por isso. Entendemos que é preciso a criação de uma agência de governo constituída por representantes das comunidades indígenas. A partir daí define-se um programa de demar-

cação de terras. Porque o governo insiste o tempo inteiro que não tem recursos para demarcar as terras. Na verdade, a dificuldade não é de recursos para demarcar as terras, mas é de vontade política do governo brasileiro em demarcar as áreas indígenas.

**DIÁRIO** — Aprende-se na escola que Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, deu "três espelinhos" aos índios, eles acharam uma maravilha e entregaram o território. Você não acha que existe uma relação de cumplicidade de todos os que vivem na sociedade nacional para explorar a terra dos índios?

**KRENAKE** — Eu creio que nem todo mundo está com a cabeça feita sobre explorar as terras indígenas. O que acontece é que existe uma ideologia que define a política do Estado. Essa ideologia das pessoas que pretendem ser donas do Brasil, como se isto fosse uma fazenda e não uma nação, essa ideologia é que define qual o livro didático, qual o programa de rádio e qual o de televisão. Essa ideologia trabalha no sentido de que os índios existiam, chegou o branco, e os índios sumiram. Agora eles não contam que teve a confederação dos tamoios, comandada por Cunhambebe, que guerreou de 1535 a 1565 aqui na costa contar os brancos para não deixar eles entrarem. Não contam que Ajuricaba comandou uma rebelião que expulsou todos os portugueses e espanhóis da Amazônia e que manteve a região liberada de branco durante quase um século. Não contam também que a nível local os povos indígenas são vítimas de uma guerra permanente, de uma guerra surda, que o Estado brasileiro move para ocupar esses territórios. Antes das frentes

## "A Funai só existe e só se justifica na medida em que o Estado executa uma política criminoso contra os índios e precisa de um órgão de proteção aos índios contra o próprio Estado"

de colonização, chega uma política do Estado, que é uma política de arrasar terras. Os grandes projetos Carajás, Polonoroeste, construções de hidrelétricas, são políticas de governo incidentes sobre territórios indígenas inundam as vezes cinco, seis territórios de uma só vez. A Funai só existe e só se justifica na medida em que o Estado executa uma política criminosa contra os índios e precisa de um órgão de proteção aos índios contra o próprio Estado.

**DIÁRIO** — O que há de verdadeiro sobre as multinacionais usam índios como cobaias para experimentarem seus medicamentos?

**KRENAKE** — Essa conversa de que as multinacionais têm um peso grande em cima dessa jogada de terras indígenas é uma falácia, uma manipulação. Se você for identificar, a maior parte do capital que está hoje invadindo terra indígena é capital nacional mesmo.

**DIÁRIO** — E a idéia de que se o Estado brasileiro não ocupar logo essa terra o americano ocupa.

**KRENAKE** — É a mesma história de dizer que os missionários de seitas evangélicas estão nas áreas indígenas ocupando essas áreas e o governo precisa ocupar se não essas áreas vão virar áreas de ocupação internacional. Isso é conversa para desviar a discussão.

## "Essa violência de chegar lá e transformar um povo que tem uma cultura em cristão eu reconheço e sou contra"

**DIÁRIO** — Todo índio está virando católico. Você não acha que é um massacre cultural que a Igreja faz.

**KRENAKE** — As formas de dominação cultural são várias. Tem uma dominação cultural que supõe de antemão expropriar esse povo da sua terra, de tudo o que pode afirmar a sua identidade e a sua possibilidade de sobrevivência. Tem outra que supõe que a terra é daquele povo mesmo, que aquele povo tem uma cultura diferente mesmo, que tem uma língua diferente mesmo, mas que ele precisa ter uma religião diferente, uma religião, no caso cristã. São violências que vamos considerar de níveis diferentes. Essa violência de chegar lá e transformar um povo, que tem uma cultura, em cristão ou reconheço e sou contra. Mas tem uma violência com a qual a gente combate o dia inteiro, e no caso parte da Igreja está solidária com a nossa luta, que é a violência que nos expropria de qualquer possibilidade de sobrevivência. Nós temos uma luta primeiro que é de garantir os territórios indígenas. Depois de ter as terras garantidas, vamos ter que discutir com quem quer que seja, seja a Igreja, seja outros programas de aculturação vamos ter que discutir isso. Levando uma bandeira de luta neste momento contra a violência cultural seria distorcer o massacre. Estamos nos matando fisicamente. A violência cultural no caso é até irrelevante, a gente discute depois.

**DIÁRIO** — Você acredita em Deus?

**KRENAKE** — Eu acredito em Deus.

**DIÁRIO** — Você é batizado.

**KRENAKE** — Não, mas eu acredito em Deus. Acredito no Deus que criou a nossa terra e que criou o meu povo. Criou primeiro o ente humano do meu povo, orientou ele e disse, "esta terra é sua, isto é seu habitat, você vai pescar assim, fazer o arco desse jeito, sua habitação é assim, porque você é diferente". "Vai caçar tais e tais animais, aqueles outros você não caça, porque eles são seus semelhantes. Vai usar tal e tal plantas mas aquelas árvores você não vai destruir, não se para ser cortadas". E ele nos indicou que o branco ia sempre mover uma guerra contra nosso povo.

**DIÁRIO** — A Constituinte pode ser uma janela aberta para o índio?

**KRENAKE** — Estamos pensando numa participação na Assembleia Nacional Constituinte. Conseguimos tirar uma proposta que foi encaminhada ao Governo ainda em outubro. É uma proposta de emenda à convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Nessa proposta de emenda propomos uma representação específica dos índios. Os índios não iam concorrer às eleições gerais, mas como estas organizações por cinco regiões políticas, o Movimento Indígena, essas cinco regiões indicariam dois representantes, dois delegados para a Assembleia e teríamos dez representantes. Eles teriam um mandato constituinte.

Terminado o trabalho, retornariam para as aldeias. Não seriam parlamentares eleitos. Mas o Afonso Arinos, que é o presidente de uma comissão constituinte do governo, não acatou a nossa proposta e inclusive chegou a se pronunciar dizendo que os índios não tinham representação política e como tutelados nós deveríamos estar representados pela Funai. Não sei porque isso.

**DIÁRIO** — Como você vê o papel do Juruna?

**KRENAKE** — O mandato do Mário Juruna teve a grande importância de fazer a questão indígena, de transformá-la numa questão nacional. Vocês devem concordar que antes do Juruna sair por aí com um gravador e de participar do Tribunal Russel, a questão indígena não tinha relevância nenhuma. Os índios só apareciam na imprensa quando a comunidade era massacrada. O Mário trouxe a questão indígena para uma dimensão nacional. Isso é inegável. Mas o Mário não conseguiu exercer um mandato étnico. Não conseguiu exercer uma liderança cultural dentro do Congresso. Isso seria talvez até pretender muito, porque o Mário é o único índio no Congresso de 478 parlamentares não-índios. Quando o Mário apresenta um projeto de demarcação de terras, tem duzentos parlamentares fazendeiros, latifundiários prontos para "estrafalhar esse projeto. É ilusão pensar que um índio eleito no Parlamento vai resolver a questão indígena."